



O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA EM JORNAIS DO RECIFE: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Adlene Silva Arantes [*]

Édla Kerollayne Tavares da Silva [**]

Joabe Gomes dos Santos [***]

RESUMO

Na perspectiva do ensino de história, as orientações legais, como as contidas na BNCC, preveem a utilização de diversas fontes a fim de tornar o ensino mais atrativo. Nesse caso, a utilização dos jornais como fontes para que os estudantes possam refletir sobre o cotidiano da época pode ser uma forma de abordagem do ensino de história na educação básica. Neste texto, discutiremos as comemorações por ocasião do Centenário da Independência no cenário pernambucano no ano de 1922, com o intuito de problematizar possibilidades de abordar a temática na educação básica no ensino de história, por meio do jornal. Para tanto, foram utilizadas edições de jornais do Recife (*O Pequeno*, *A Província* e *Jornal do Recife*) que circularam na semana em que se comemorou o Centenário da Independência brasileira (1822/1922). Na imprensa pernambucana, o Centenário mostrou-se um evento aguardado e planejado pela população.

Palavras-chave: Centenário da Independência; Imprensa Pernambucana; Ensino de história.

[*]Doutorado em Educação - Universidade Federal da Paraíba. Professora Associada da Universidade de Pernambuco. Líder do Grupo de Estudos Étnico-racial e Ambiental - CNPq. – ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-7007-0237>. E-mail: adlene.arantes@upe.br.

[**]Mestranda em Educação na Universidade Federal de Pernambuco. ORCID:

<https://orcid.org/0000-0003-3306-9496>. E-mail: edlakerollayne@gmail.com

[***]Graduando em História na Universidade de Pernambuco. Grupo de estudos étnico-racial e ambiental. Bolsista PIBIC/CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6917-3178> - E-mail: joabe.gomes@upe.br



INTRODUÇÃO

Vivenciamos momentos de crise social e política que se instaurou no Brasil desde o golpe de 2016 que ocasionou o *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Desde então, a população brasileira, principalmente a parcela mais pobre da sociedade, tem passado por processos de exclusão cada vez maiores que ficaram mais evidentes durante a Pandemia da Covid-19, que nos assolou a partir de 2019. Em meio ao cenário descrito, questionando-nos, sobretudo nas escolas: para quem é essa tal “(in)dependência”? Um espaço importante de busca de respostas para tal questionamento é o Portal do Bicentenário. O Portal do Bicentenário é uma iniciativa constituída em REDE por universidades, faculdades e estruturas similares, programas de pós-graduação, centros, núcleos e grupos de pesquisa, instituições de representação de pesquisadores(as) e de programas de pós-graduação, sindicatos de docentes, instituições de representação de estudantes, movimentos sociais, cidadãos e cidadãs brasileiros(as) que visa produzir, editar, fazer curadoria, organizar e disponibilizar conteúdos sobre os 200 anos da Independência do Brasil e seus desdobramentos, analisados por distintos campos do conhecimento (científicos e escolares), na arte, na cultura e nos mundos do trabalho. (<https://portaldobicentenario.org.br/sobre-o-portal/>).

Este artigo resulta então, do trabalho empreendido pelos autores e que foi publicizado no Portal do Bicentenário em forma de material audiovisual (site <https://portaldobicentenario.org.br/timeline/narrativas-das-comemoracoes-do-centenario-da-independencia-em-pernambuco-e-na-paraiba/>) que teve como objetivo dar visibilidade às comemorações do centenário nos estados de Pernambuco e da Paraíba, de modo a contribuir com novas reflexões sobre as mudanças e permanências acerca dos significados da comemoração para as populações de ambos os estados.

O centenário da independência marca uma fase turbulenta da história do Brasil e de uma incessante busca pela identidade nacional. A recente e então criada República Velha em 1889, por meio do golpe dado pelos militares, vinha se desenhando para formar uma nova identidade



nacional, que tinha como objetivo resgatar símbolos nacionais e adaptá-los para a nova realidade brasileira, ou seja, era a busca por uma identidade (BAHIENSE; FONSECA, 2022). Nesse contexto, comemorar o Centenário era uma forma que poderia ser utilizada para “unir o país diante de uma causa, e de novas roupagens que transpareça os ares da modernidade brasileira, que revivia seu passado de feitos gloriosos e escanteava os reais problemas sociais que se arrastavam há séculos” (BAHIENSE; FONSECA, 2022, p. 2).

No contexto de Pernambuco, a princípio, buscaram-se fontes publicadas em todo o estado a fim de realizar distinção entre as cidades. Entretanto, à medida que as fontes eram coletadas, notou-se que todas elas pertenciam à capital do estado. Dessa forma, foram utilizados os jornais publicados na cidade do Recife (*O pequeno, A província e Jornal do Recife*) na semana em que se comemorou o centenário da independência (7 de setembro de 1922), buscando identificar a forma como o evento foi comemorado no estado e as representações contidas nos jornais sobre o evento histórico.

Na imprensa pernambucana, o centenário da independência mostrou-se um evento aguardado e planejado pela população. A partir dos jornais publicados na cidade do Recife, é possível identificar as diferentes comemorações planejadas para a data na capital pernambucana. Dos desfiles escolares à inauguração da pedra fundamental de um hospital alusivo à data, o Sete de Setembro de 1922 foi marcado por diversas festividades.

Não podemos deixar de lembrar que a independência do Brasil pode ser considerado um mito fundador da identidade nacional. Como informa Marilena Chauí, o “mito fundador” pode ser definido como “um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo” (CHAUÍ, 2000, p. 9-10). Portanto, pode ser considerado um aspecto central para propagar narrativas sobre a nacionalidade do país.

Ao longo do nosso texto, discutiremos as comemorações por ocasião do Centenário da Independência no cenário pernambucano no ano de 1922, com o intuito de problematizar possibilidades de abordar a temática na educação básica/no ensino de história, por meio do jornal.



AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NA IMPRESSA PERNAMBUCA

As comemorações do centenário iniciaram na capital pernambucana com o hasteamento da bandeira nacional em todas as repartições públicas, seguido de uma missa campal às 07:30 da manhã na praça Adolpho Cirne, localizada nas proximidades da Faculdade de Direito, que foi celebrada pelo Arcebispo Metropolitano D. Miguel Valverde (AS FESTAS..., 1922a, p. 1). Após a missa campal, aconteceu a parada militar e os desfiles das escolas, que, segundo o Jornal do Recife (1922, p. 1), contaram com uma média de 6 mil crianças.

Figura 1: O Centenário da Independência no Jornal do Recife



Fonte: Jornal do Recife(a), 07 de setembro de 1922, p. 1.

Após a parada militar, a escola a abrir o desfile foi a Escola Normal, ao som da marcha intitulada “Pernambuco”, sendo em seguida acompanhada pelas demais escolas ao som do hino

nacional. Após o hino, os estudantes realizaram o juramento à bandeira “segundo a fórmula da Comissão do Centenário do Rio” (JORNAL DO RECIFE, 1922, p. 1), seguido pelo canto conjunto do hino da bandeira e mais uma saudação realizada após o discurso realizado pelo diretor da Escola Normal. Concluídas as homenagens à bandeira, as escolas entoaram o hino “Pernambuco à Independência” para, em seguida, marchar ao canto de outros hinos pelas principais ruas do Recife, com direção ao Palácio do Governo do Estado, onde o desfile seria encerrado com a formatura da Escola Normal, o entoamento do hino de Pernambuco e uma oração.

Figura 2: Pelotão em frente ao Ginásio no *Jornal do Recife*



Fonte: Jornal do Recife(b), 09 de setembro de 1922, p. 3.

Seguindo a programação da comemoração na cidade, ao meio-dia se deu início à competição náutica no Rio Capibaribe entre as pontes da Boa Vista e Great Western, organizada pela Liga Pernambucana dos Desportos Náuticos: “A mais bem organizada que se haja feito



nesta cidade”. (A BELLISIMA..., 1922, p. 6). Na parte da tarde, às 13 horas, aconteceu, no Palácio do Governo do Estado, uma recepção para a inauguração de um salão e, ao mesmo tempo, no Jokey Club, foram realizadas corridas. Às 14h, se deu no Sport Club o Campeonato Intermunicipal do Centenário, para o qual não foi cobrado ingresso. A tarde também foi marcada por mais comemorações religiosas na Matriz de Santo Antônio, e a partir das 17 horas, a cidade recebeu iluminação festiva descrita na Praça da Independência e nas ruas do Hospício, Imperatriz, Nova, Cabugá, 1º de Março e Imperador.

Os jornais das datas de 06 a 08 de setembro de 1922 trazem ainda a notícia de outras comemorações privadas, como por exemplo, uma festa realizada pelo Colégio Nobrega e o banquete oferecido pelo coronel Pedro Bergamo. A comemoração do centenário em Pernambuco aconteceu, segundo os jornais da época, em um feriadão, pois o dia 7 ocorreu em uma quinta-feira, a sexta-feira fora dia santo e o sábado também foi feriado. Porém, as efemérides dos dias 08 e 09 não são mencionadas pela imprensa, que se limitou a expor que, por conta dessas duas datas, os bancos e muitas firmas comerciais da cidade encerraram suas atividades no dia 06 para retomá-las apenas no dia 11 de setembro.

A data comemorativa sem dúvida teve destaque e importância para a sociedade da época, visto o número de comemorações citadas e até mesmo ao fato de que muitas empresas concederam gratificações de um mês de vencimento em comemoração ao centenário da independência. Entretanto, um ponto que se destacou entre as notícias veiculadas no período chamam atenção:

Pernambuco não festeja oficialmente a grandiosa data, por motivos que justos ou não, devem agora ficar, no momento, fóra de análise.
O governo do Estado, porém, não recusou auxílio pecuniário permitido pelas nossas finanças às festas de carácter particular ou associativo, como não negou apoio moral a todas ellas. (AS FESTAS, 1922b, p. 2).

Por qual motivo a comemoração nacional não estaria incluída nas comemorações oficiais do estado de Pernambuco? Buscando respostas para essa afirmação, procuramos outras representações contidas nos jornais a respeito desse fato histórico. Para adentrá-las, vamos retomar o hino intitulado “Pernambuco à Independência”, que merece ter aqui sua letra



destacada. A letra composta pela professora do curso de aplicação, Edwiges de Sá Pereira¹, aparece em posição de destaque na 2ª página do *Jornal Pequeno*:

Grata essencia das luctas de outr'ora,
Vello de ouro a que sempre aspirei,
Fior que o sangue de bravos colora,
Quanto herbe de meu selo te dei!
Sou, da immensa Colombia liberta,
Quem primeiro o aureo sol vê raiar:
Sentinella aos teus brios alerta,
Vim guarda los á porta do mar!

Nos recifes de pedra - meus braços –
Castiguei o estrangeiro invasor
Para unir toda a patria nos laços
De um destino commum bem maior!
E hoje forte a nação brasileira,
No teu dia festivo e loução,
Pode amar-te na mesma bandeira!
Pode ouvir-te na mesma canção!

Tu bem viste com que pertinacia
Fiz de ti meu supremo idéal!
Setecentos e dez-uma audacia!
Dezesete-um luzeiro, um phanal!
Vinte e um-é a eclosão do meu sonho!
Vinte e dols-o meu sonho que é luz:
-Rola a cruz do supplicio medonho!

Livre é o povo da Terra da Cruz! (PEREIRA in *Jornal Pequeno*, 1922a, p. 2).

A letra retrata Pernambuco como o primeiro território a experimentar a liberdade ao colocar que, na Colômbia liberta, fora o primeiro a ver o raiar do sol. Sendo provavelmente um apelido dado pela autora para o continente “descoberto” por Cristóvão Colombo.

¹ Nascida em Barreiros-PE, mudou-se para Recife aos 18 anos, Edwiges atuou como professora, poetisa, ativista dos direitos das mulheres e jornalista, colaborou de forma sistemática com os jornais *O lyrio*, *Jornal Pequeno*, *A província* e *Jornal do Comércio*. Também foi a primeira mulher a ingressar na Academia Pernambucana de Letras e na Associação de Imprensa de Pernambuco.



Na segunda estrofe, ao falar que Pernambuco castigou o estranho invasor, Edwiges de Sá pode estar se referindo à expulsão dos holandeses. O texto cita também os anos de 1710 e 1817 como uma audácia e um “phanal”, que pode ser interpretado como “farol”. Essa audácia e o farol guiariam a nação para o 1821 e 1822, que foram a eclosão do sonho pernambucano. É possível perceber que a letra expressa orgulho da história do estado, mas esse não foi o único indício a ser considerado sobre a falta de caráter oficial da comemoração em Pernambuco.

No dia 07 de setembro de 1922, foi encontrado no jornal *A província*, também publicado em Recife, um artigo intitulado “Pernambuco e a independência”, escrito por Mario Melo² (1922, p. 9), tratando da importância da data comemorativa:

O 7 de setembro será uma grande data para os brasileiros do sul; para os de Pernambuco, o brado do Ypiranga não foi mais que uma confirmação daquilo que os nossos antepassados já haviam feito: Pernambuco, quando o príncipe regente declarou a independência do Brasil, já era independente desde 26 de outubro de 1821.

[...]

Mesmo que o resto do Brasil continuasse colônia, Pernambuco seria Estado independente. Basta examinar a sequência dos factos. (MELO, 1922, p. 9)

Entre os parágrafos citados, o autor explica que o eixo político no Brasil sofreu uma mudança, pois anteriormente os movimentos reacionários se deslocavam do Norte para o Sul. Entretanto, no tempo em que escrevia, os movimentos do norte dependiam da convocação do sul do país. A sequência de fatos que Mario Melo apresenta está relacionada a esse eixo de movimentos reacionários.

O primeiro fato apresentado foi a expulsão dos holandeses de Pernambuco, mesmo diante da decisão de Portugal de enviar um embaixador à Holanda para negociar a entrega definitiva do território. Mario Melo destaca a criação de exércitos irregulares que foram contra

² Recife, Mário Melo formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Além da advocacia atuou também como jornalista, historiador e político. Foi membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, da Academia Pernambucana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Associação de Imprensa de Pernambuco.



a vontade da coroa e das conveniências políticas do episódio. Para ele, após expulsar os holandeses, esse teria sido o momento ideal para Pernambuco declarar sua independência, o que, na opinião do redator, não aconteceu por falta de educação política ou porque “faltou quem se lembrasse de, no auge da victoria, completar o trabalho” (MELO, 1922, p. 9).

Mario Melo diz que o trabalho não ficou completo, mas o espírito libertador não se apagou. Nos anos seguintes, um sentimento de rivalidade foi surgindo entre os nascidos no Brasil e os Portugueses, até que em 1710 o Governador Castro e Caldas, e mais tarde as tropas, foi obrigado a se retirar do estado. Com isso, na assembleia para decidir quem deveria assumir, um emancipacionista falou:

Os pernambucanos já podem se governar por si. Constituamo-nos em República, sob os moldes da de Veneza!”

O arrojo de Bernardo Vieira de Mello foi abafado, mas a semente emancipacionista ficou plantada no coração dos que haviam nascido no Brasil e continuou a ser cultivada de geração em geração. (MELO, 1922, p. 9).

Apesar desse primeiro grito de independência não ter se concretizado no momento, as relações com Portugal não se manteriam amistosas em anos posteriores. Em sequência, Mello cita a Revolução Pernambucana de 1817, onde Pernambuco esteve livre do domínio português por mais de 70 dias. O domínio lusitano teria sido reestabelecido a custo de muito sangue e, para Mello, tornou ainda mais forte a discórdia entre brasileiros e lusitanos.

Porém, o autor segue a argumentação a respeito do espírito revolucionário pernambucano ao narrar a convenção de Beberibe, assinada em 5 de outubro de 1821, que acordava que o General Luiz do Rego deveria deixar o governo de Pernambuco à medida que se realizou a eleição de uma junta para governar o território. Segundo Mario Melo, as tropas lusitanas também tiveram de se retirar da província, e a partir desse momento, Pernambuco esteve livre do domínio lusitano. Por esse motivo, seu texto argumenta que “com d. Pedro ou sem d. Pedro, com o 7 de setembro ou sem o 7 de setembro, com o grito do Ypiranga ou sem o grito do Ypiranga, Pernambuco tinha que ser independente ainda que desmembrado do Brasil” (MELO, 1922, p. 9).

O texto em questão é uma evidência explícita do motivo de orgulho que os pernambucanos já possuíam na época a respeito do seu passado revolucionário. Porém, essa



não é a única referência a esse passado que fora detalhado por Mário Melo. Ainda na mesma edição do jornal *A província*, na página 2, há um poema intitulado “A revolução de 1817”, escrito por Samuel Campello, e em posição de destaque na página, o poema traz detalhes da revolução e homenageia nominalmente as principais figuras do episódio da história pernambucana. Novamente, há a referência ao “sol da liberdade” e uma “ideia que não morre” (CAMPELLO, 1922, p. 2), que já fora mencionada na letra do hino Pernambuco à Independência.

Há ainda outras citações aos eventos considerados revolucionários na época que podem ser encontradas nos periódicos. No mesmo jornal *A província*, há mais uma citação à Convenção de Beberibe, desta vez acrescentando a influência de Pernambuco à Paraíba, que também obrigara seu governante a deixar a província. Outra publicação que chama a atenção é o boletim nº 206 do Quartel do Comando da IV Região Militar, veiculado no Jornal de Recife.

Escrito pelo coronel Lopes Pereira, o boletim discorda que o processo de independência do Brasil tenha sido lento; tratava-se de uma evolução. O autor acredita que a emancipação já estava assegurada, pois esse destino estava garantido pelo “civismo dos nossos antepassados” (PEREIRA in Jornal do Recife, 1922b p. 5). Dessa forma, o próprio João VI teria aconselhado seu herdeiro a reivindicar o trono da nação liberta para que outros não o fizessem.

Nas falas do Coronel Lopes Pereira, é possível concluir que a independência do Brasil ocorreu por medo da família real perder seus direitos sobre o território brasileiro, considerando as revoluções que aqui aconteceram e que partiam do Norte para o Sul. Há, na mesma edição do Jornal do Recife, outro texto que concorda com essa visão, intitulado “Sem effusão” de sangue, escrito por Affonso Celso e localizado na página 8. O texto inicia fazendo referência à fala de um embaixador (não nomeado), que afirmou que a independência do Brasil se deu sem derramamento de sangue.

Para o autor, essa afirmação se constitui como uma falsa injustiça. Em sua opinião, Celso alega que as condições da independência brasileira foram tão heroicas quanto as condições de outras nações que se orgulhavam desse fato.



Houve no Brasil uma guerra de independência com todos os característicos das verdadeiras guerras, combates terrestres e marítimos, assédios, captulações, ferimentos, aprisionamentos, mortos em avultado numero, demonstrações de intrepidez e fidelidade á bandeira de parte a parte.

Dessa forma, o argumento é de que a “guerra” da independência não durou, pois os “inimigos” foram obrigados a se retirar ou desistir do seu domínio. Para ilustrar, são mencionadas não apenas as revoltas pernambucanas, mas também o 2 de julho de 1823 (que na opinião do Celso, fora maior que a independência do Brasil), as revoltas no Maranhão e no Piauí.

Além das diversas batalhas citadas para indicar o derramamento de sangue, outro ponto abordado a respeito dos motivos que levaram à independência é o ano de 1808, onde o Brasil deixa de ser colônia para abrigar a sede do governo português, tornando-se reino em 1815. Posteriormente, com o retorno da família real para Portugal, o texto fala da tentativa de restringir a autonomia do Brasil. Essa trajetória, para o autor, levou à independência e ao corte de vínculos considerados por ele como “poucos, fracos, quase nominais” com Portugal.

A visão sobre a independência do Brasil contida no artigo “*Sem effusão de sangue*” contrasta com outros artigos contidos na mesma edição do Jornal do Recife, nas páginas 1 e 4. Na primeira página, no editorial da edição, a opinião apresentada é a de que, diferentemente das colônias espanholas, o Brasil não precisou recorrer às armas para consolidar sua independência. No cenário nacional, foi pelos laços de parentescos entre D. João VI e o príncipe D. Pedro que o Brasil alcançou sua independência. O futuro primeiro imperador do Brasil é retratado no texto como um príncipe oprimido que fora livrado dessa opressão por seus filhos ilustres que estavam dispostos a dar a vida por ele para alcançar a independência.

Desse modo, o grito da independência não foi vontade partidária ou fruto do acaso, mas desejo da nação. Seu pai, D. João VI, é retratado nesse editorial como fraco e manipulado pela corte lusitana por não conseguir compreender que “era impossível continuar a dirigir os destinos da sua colônia tão maltratada pelas medidas da metrópole, e que o dia da liberdade daquela estava a chegar” (A GRANDE DATA, p.1). Entretanto, mesmo alegando que não foi necessário recorrer às armas, o editorial reconhece as revoluções e lutas de resistências e trata-as como



“Tênuê fio d’água”, que desliza mansamente para em 1821 e 1822 se tornar um rio caudaloso (IDEM). Por fim, o editorial é encerrado com exaltação à comemoração, que representa um caminho de luz proporcionado pelos antepassados brasileiros.

O JORNAL E O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dadas as particularidades das comemorações do centenário da independência em Pernambuco, é interessante pensar nas maneiras de abordar o conteúdo em sala de aula. De acordo com Barros (2013, p. 2), o ensino de História pode ser feito de forma que possibilite a reflexão dos estudantes sobre seu cotidiano. A partir das problemáticas presentes no grupo de convívio deles ao longo do tempo, pode-se pensar de maneira crítica em uma perspectiva local, regional, nacional e mundial.

A Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, prevê para o ensino fundamental, em seu artigo 22, que: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, p. 17). Com isso, a lei ressalta a importância de um ensino de História que trabalhe a criticidade dos alunos. Especificamente sobre o ensino de História Local, Barros diz que:

A História Local é a história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. Apesar de estar relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional (BARROS, 2013, p. 15).

Pensando sob tal perspectiva, o ensino de História Local pode servir como ponto de partida para a reflexão histórica-social, uma vez que aborda uma realidade mais próxima e palpável aos estudantes, contribuindo para a construção identitária dos indivíduos e de seus respectivos grupos. Sobre isso, Barros (2013, p. 3) afirma que o “ensino de História Local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir



a formação de um raciocínio de história que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade”. Quando o aluno consegue entender seu entorno de maneira individual e grupal, o professor pode partir para conceituação mais ampla e abrangente.

Na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o ensino de história assume novas perspectivas: “o passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual”. (BNCC, 2018, p. 397). Ainda segundo esse documento, a história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: “ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões” (BNCC, 2017, p. 397). As fontes históricas assumem um importante recurso didático para tornar o ensino mais atrativo. Nesse contexto,

é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música, etc.) deixados pelos indivíduos, carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história. (BNCC, 2017, p.398).

Nesse sentido, quanto mais fontes o professor puder trazer para as aulas, de fato, a aprendizagem poderá se dar de maneira mais profícua. Os jornais das comemorações do centenário, por exemplo, podem ser acessados facilmente na hemeroteca brasileira para que os estudantes se familiarizem com o tipo de fonte, a escrita da época e o teor dos discursos sobre o momento histórico, refletindo sobre o nacional e o local. Sobre o uso do jornal no ensino de história, recorreremos a Bittencourt (2008, p. 337) quando afirma que “o importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial”. Portanto, é importante compreendê-lo como sendo um discurso sempre interessado. Nesse contexto,



Para a análise do conteúdo tem sido importante a reflexão sobre a autoria dos acontecimentos, dando-se destaque ao papel do jornalista como agente significativo na criação de fatos históricos. O jornal, como veículo de comunicação fundamental na sociedade moderna, exige igualmente tratamento bastante cuidadoso quanto à análise externa, devendo ser considerado como objeto cultural, mas também como mercadoria, como um produto de uma empresa capitalista. (BITTENCOURT, 2008, p. 336)

Em relação ao jornal como recurso didático para ensinar história, precisamos considerar que o jornal é um tipo de fonte que permite múltiplas formas de abordagem, levando à reflexão sobre diversos aspectos teóricos e metodológicos. Conteúdos como reportagens, fotografias etc., podem trazer elementos ricos para desenvolver uma estratégia pedagógica. No entanto, é importante destacar que o jornal tem uma estrutura, uma linguagem própria. O jornalista registra o que é de interesse para o seu público. Por meio dos jornais, o professor pode problematizar o passado a partir de questões do tempo presente. Daí a relevância da produção de materiais didáticos, a exemplo, do que foi publicado no Portal do Bicentenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o ensino de história não deve se resumir a memorização de fatos e datas. Para que as aulas de história sejam produtivas no sentido da construção do conhecimento histórico pelos estudantes, os professores ocupam um papel importante, o de apresentar de forma mais prazerosa esse conhecimento que por muitos anos se restringiu a memorizar fatos e datas. Nesse sentido, a visita aos espaços de museu para conhecer o patrimônio histórico, o cinema, as fontes históricas como é o caso do jornal podem ser ferramentas significativas para a promoção de aulas mais interessantes.

Ao longo do texto, apresentamos as comemorações por ocasião do Centenário da Independência no cenário pernambucano no ano de 1922, com o intuito de problematizar possibilidades de abordar a temática na educação básica no ensino de história, por meio do jornal.



Os jornais da capital de Pernambuco (*O Pequeno, A Província e Jornal do Recife*) noticiaram os eventos da semana em que se comemorou o Centenário (7 de setembro de 1922). Foi possível identificar as diferentes comemorações planejadas para a data na capital pernambucana. Dos desfiles escolares à inauguração da pedra fundamental de um hospital alusivo à data, o Sete de Setembro de 1922 foi marcado por diversas festividades. As notícias demonstraram que Pernambuco se dizia independente muito antes da data oficial, rememorando o movimento de 1817. É possível observar que mesmo se preocupando em realizar uma exposição dos eventos comemorativos que aconteceram, cada jornal aborda o centenário sob um enfoque diferenciado.

O *Jornal do Recife* traz artigos de opinião tratando a história de Pernambuco como parte do processo de independência do Brasil. Processo que no conjunto de visões publicados aparece marcada como um processo heroico para todo o povo brasileiro. Portanto, o ponto de vista que predomina neste periódico não é o de um protagonismo do povo pernambucano enquanto estado que teria se tornado independente, mas sim de mais um estado a refletir a insatisfação geral do país enquanto colônia.

Por outro lado, esse protagonismo pernambucano está visível nos artigos veiculados nos jornais *A província* e no *Jornal Pequeno*. Nestes jornais, há a necessidade de explicitar a data enquanto uma comemoração que supostamente não seria de grande importância para o estado, não possuindo sequer, o caráter de comemoração oficial. A independência do Brasil é desdenhada principalmente nas páginas do *A Província*, ao narrar os episódios de revolução e revolta em Pernambuco. Entretanto, esse argumento conta a importância do 7 de setembro para o pernambucano pode ser questionado pela mobilização da população para organizar e participar das comemorações veiculadas na imprensa.

Por fim, cabe ao docente aguçar a curiosidade dos estudantes, levá-los a problematizar os discursos, pesquisar quem são os sujeitos que escreviam, a que público se destinavam os periódicos etc., além de possibilitar o contato outras fontes sobre a temática em questão.



REFERÊNCIAS

A BELLÍSSIMA comemoração do centenário pelo desporto nacional. **Jornal do Recife**. Recife, ano 65, v. 206, p. 1, 07 de setembro de 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=86077>>. Acesso em 24 de agosto de 2022

AS FESTAS do centenário em Recife. **Jornal Pequeno**. Recife, v. 198, p. 2-3, 06 de setembro de 1922b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=33874>>. Acesso em 24 de agosto de 2022.

AS FESTAS do centenário. **Jornal de Recife**. Recife, v. 205, p. 1, 06 de setembro de 1922a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=86077>>. Acesso em 24 de agosto de 2022

A GRANDE DATA. **Jornal de Recife**. Recife, v. 206, p. 1, 09 de setembro de 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=86101>>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de história, memória e história local**. Criar Educação, v. 2, n.2. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/1247>>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. FONSECA, Nelma Marçal Lacerda Fonseca. A Educação no Centenário da Independência do Brasil (1922). **Revista Brasileira de Educação Básica**, Belo Horizonte – online, Vol. 6, Número Especial – Bicentenário da Independência, setembro, 2022, ISSN 2526-1126. Disponível em: <<http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2022/09/02-A-EDUCACAO-NO-CENTENARIO-DA-INDEPENDENCIA-DO-BRASIL-1922.docx.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília : MEC/SEF, 1997.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular- BNCC. CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA ENSINO FUNDAMENTAL** Brasília :MEC/SEF, 2017

CAMPELLO, Samuel. A revolução de 1817. **A Província**. 208, p. 9, 07 de setembro de 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=128066_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=7217>. Acesso em 13 de Novembro de 2022.

CELSO, Afonso. Sem efusão de sangue. **Jornal de Recife**. Recife, v. 206, p. 8, 07 de setembro de 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=86090>>. Acesso em Novembro de 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

JONAL DE RECIFE(a). Recife, v. 206, p. 1, 07 de setembro de 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=86083>>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

JONAL DE RECIFE(b). Recife, v. 206, p. 1, 09 de setembro de 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=86101>>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

MELO, Mario. Pernambuco e a independência. **A Província**. Recife, v. 208, p. 9, 07 de setembro de 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=128066_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=7224>. Acesso em 13 de Novembro de 2022.

PEREIRA, Edwiges de Sá. Pernambuco a´ independência. **Jornal Pequeno**. Recife, v. 198, p. 2, 06 de setembro de 1922a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=33874>>. Acesso em 24 de Agosto de 2022.

PEREIRA, Lopes. Quartel do comando da VI Região Militar: Boletim, nº 206. **Jornal de Recife**, v. 296, p. 5, 07 de Setembro de 1922b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&Pesq=boletim&pagfis=86087>>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricas, v.5, n.10, p. 200-212. Rio de Janeiro: CP/DOC FGV, 1992.



SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. O Bicentenário para além da nação. **Revista Brasileira de Educação Básica**, Belo Horizonte – online, Vol. 6, Número Especial – Bicentenário da Independência, setembro, 2022, ISSN 2526-1126. Disponível em: <<http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2022/09/01-O-BICENTENARIO-PARA-ALEM-DA-NACAO.docx.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

THE CENTENARY OF INDEPENDENCE IN NEWSPAPERS OF RECIFE: REFLECTIONS FOR THE TEACHING OF HISTORY

From the perspective of the teaching of history, the legal guidelines, such as those contained in the BNCC, provide for the use of various sources in order to make teaching more attractive. In this case, the use of the newspapers of the time as sources for students to reflect on the daily life of the time can be a form of approach of the teaching of history in basic education, a formative space for future teachers of basic education. In this text, we will discuss the commemorations on the occasion of the Centenary of Independence in the Pernambuco scenario in 1922, in order to problematize possibilities of approaching the theme in basic education/in the teaching of history, through the newspaper. To this end, editions of newspapers in Recife (*O Pequeno*, *A Província* and *Jornal do Recife*) that circulated in the week in which the Centenary of Brazilian Independence was celebrated (1822/1922). In the Pernambuco press, the Centenary proved to be an event awaited and planned by the population.

Keywords: Centenary; Pernambuco Press; History Teaching

EL CENTENARIO DE LA INDEPENDENCIA EN LOS PERIÓDICOS DE RECIFE: REFLEXIONES PARA LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA

Desde la perspectiva de la enseñanza de la historia, las directrices legales, como las contenidas en el BNCC, prevén el uso de diversas fuentes para hacer que la enseñanza sea más atractivo. En este caso, el uso de los periódicos de la época como fuentes para que los estudiantes reflexionen sobre la vida cotidiana de la época puede ser una forma de abordar la enseñanza de la historia en la educación básica, un espacio formativo para futuros profesores de educación básica. En este texto, discutiremos las celebraciones con motivo del Centenario de la Independencia en el escenario de Pernambuco en 1922, con el fin de problematizar posibilidades de abordaje del tema en la enseñanza básica/histórica, a través del periódico. Para



ello, utilizamos ediciones de periódicos de Recife (*O Pequeno, A Província y Jornal do Recife*) que circularon en la semana en que se conmemoró el Centenario de la Independencia de Brasil (1822/1922). En la prensa pernambucana, el Centenario era un acontecimiento esperado y planificado por la población.

Palabras clave: Centenario; Prensa Pernambucana; Enseñanza de la Historia.

Submetido em: janeiro de 2023.

Aprovado em: março de 2023

Publicado em: junho de 2023.